

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

## MENSAGEM AOS ACIONISTAS

A Diretoria da TRENSURB, no cumprimento de preceitos legais e estatutários, submete à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017. No ano em pauta, a empresa trabalhou coesa para dirimir as dificuldades que ocorreram e focou na busca de melhores resultados no futuro.

A Taxa de Cobertura Operacional (Receita/Despesas de Funcionamento), atingiu o mais baixo nível desde 2007, refletindo a situação financeira do País, bem como a necessidade de um aumento tarifário.

## PERFIL DA EMPRESA

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A é uma Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Ministério das Cidades e atua no segmento de transporte urbano e metropolitano de passageiros. Foi constituída mediante autorização do artigo 5º da Lei n.º 3.115, de 16/03/1957 e Decreto n.º 84.640, de 17/04/1980, sendo regida por seu Estatuto Social, legislação aplicável às Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/1976, consolidada) e por Regimento Interno.

**Nominativa da Diretoria Executiva:** Diretor-Presidente, David Borille; Diretora de Administração e Finanças, Maria Cecília da Silva Brum; Diretor de Operações, Diego José Tarta.

## IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

**MISSÃO:** Transportar pessoas de forma rápida, segura, limpa e com qualidade, conectando diferentes destinos.

**VISÃO:** Ser referência nacional na operação do sistema metroferroviário e na consolidação da tecnologia aeromóvel, através do comprometimento com a melhoria contínua dos padrões de excelência de operação, de gestão e em projetos de expansão.

**DIRETRIZES ESTRATÉGICAS:** As diretrizes estratégicas são pilares da estratégia que auxiliam a empresa a estabelecer o foco no alcance da visão:

- Eficiência operacional e econômica;
- Desenvolvimento e inovação tecnológica;
- Compromisso institucional.

## PRINCIPAIS RESULTADOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

### Aderência à Lei 13.303/2016 e Decreto 8.945/2016

Em razão da nova legislação a empresa buscou reestruturar-se para garantir a adesão ao estatuto jurídico das empresas estatais. Não obstante a ações pertinentes à integridade, promoveu a atualização do respectivo programa, treinamento de 100% dos cargos de gestão no que tange a gestão de riscos e aperfeiçoou medidas de transparência. Nesta seara, foi formalizada a constituição da Ouvidoria TRENSURB, vinculada ao sistema e-OUV da Controladoria Geral da União, de modo a garantir princípios fundamentais à relevante função.

### Modernização da Bilhetagem Eletrônica

Em 2017 a Superintendência de Desenvolvimento Comercial desenvolveu um projeto com o objetivo de contratar uma nova modelagem para o Sistema de Bilhetagem Eletrônica. A finalidade deste novo modelo é reduzir custos para a TRENSURB através da utilização da tecnologia *QR Code* ou similar, melhorando os serviços aos usuários através da implantação do sistema de vendas de crédito via internet e aplicativos *smartphone*, proporcionando melhor controle na gestão das receitas operacionais auferidas.

### Comunicação com Usuários

Em 2017, foram mais 20.388 *likes* no Facebook, num total de 94.388 seguidores. Já no Twitter, foram 12,2 mil novos *likes* no ano, num total de 71,1 mil seguidores; e o sítio da empresa teve 533.052 acessos. A empresa

também produziu 281 textos enviados à imprensa, dando transparência as suas ações e iniciativas. Através da Central de Atendimento, foram 1.909 registros (344 elogios, 1.403 reclamações, 162 sugestões).

### Gestão Orçamentária e Financeira

Os limites orçamentários da TRENSURB são definidos e aprovados pela União, e para atingir seus objetivos e cumprir sua missão, a empresa necessita do aporte de recursos do Governo Federal, devido a receita própria não cobrir todos os seus custos operacionais. A gestão orçamentária é um desafio constante para a empresa, em virtude dos limites aprovados na Lei Orçamentária Anual estarem aquém de todas as necessidades da empresa. Embora sujeita a estas limitações, com monitoramento e ações voltadas ao controle e redução de despesas, a empresa encerrou o exercício com o cumprimento de todas as suas despesas em conformidade com a Lei Orçamentária Anual. Cabe destacar, que foi recebido crédito complementar de investimentos destinados a duas demandas de grande relevância para empresa: Escadas Rolantes Estações São Leopoldo e Unisinos (crédito total) e Subestação Sapucaia (crédito parcial).

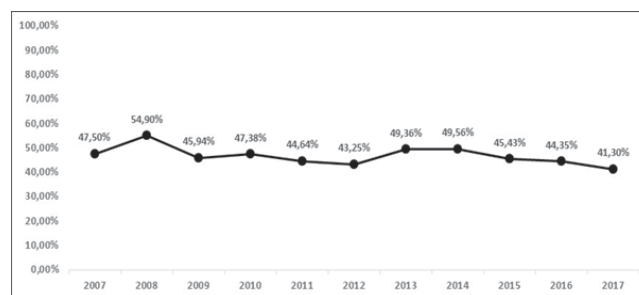
### Gestão Operacional

Em virtude de dificuldades seguidas quanto ao fornecimento da nova frota de trens, Série 200, a empresa se viu compelida a maximizar os trens da Série 100. Os problemas advindos da indisponibilidade dos trens da Série 200, afora prejuízos à sociedade no que tange ao conforto, não possibilitou economia de energia, comprometendo a expectativa de redução de 25% dos gastos com essa rubrica, ensejando maiores custos com os trens da Série antiga. Na linha já adotada pela empresa, a TRENSURB continua a praticar com rigor os recursos administrativos, contratuais e jurídicos objetivando melhoria quanto ao fornecimento dos equipamentos, bem como redobrados esforços técnicos afim de contribuir com a mais breve disponibilidade de tais equipamentos.

Durante o ano de 2017, a empresa focou esforços na licitação e contratação de serviços para a reconstrução da Subestação de energia de tração de Sapucaia e da Cabine de Paralelismo de Luiz Pasteur e para a aquisição de seis escadas rolantes a serem instaladas nas estações do Sistema TRENSURB.

### Taxa de Cobertura Operacional

A Taxa de Cobertura Operacional é o índice financeiro da TRENSURB que mede a cobertura econômica com receitas próprias, frente às despesas de funcionamento. Em 2017 a empresa alcançou o percentual de 41,30%. Ressalta-se que não há aumento da tarifa desde o ano de 2008.



## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NOTA	2017	2016		NOTA	2017	2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	73.200.604	66.102.625	Fornecedores		20.502.318	21.214.716
Créditos pela venda de serviços	5	1.850.032	2.349.874	Impostos e taxas a recolher		278.865	661.330
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto	6	8.818.436	16.808.809	Contribuições sociais a recolher		2.223.155	2.888.579
Adiantamento de férias e débitos de empregados	7	3.096.220	3.444.615	Obrigações trabalhistas		8.311	7.142
Adiantamento de fornecedores		65.127	63.186	Adiantamento de Clientes	14	1.334.122	141.500
Direitos a receber	8	266.669	367.677	Credores por convênios	15	670.845	593.312
Impostos a recuperar	19	7.920.020	6.662.217	Credores por depósitos		92.233	191.498
Estoques	9	28.554.288	27.603.335	Férias e encargos sociais		12.411.172	11.560.119
Despesas do exercício seguinte		245.309	83.736	Plano de Previdência - Déficit Atuarial	21c	294.280	-
		<b>124.016.705</b>	<b>123.486.074</b>	Provisão para contingências trabalhistas	16a	282.992.300	346.666.157
				Provisão para contingências cíveis	16b	27.075.409	23.890.907
						<b>347.883.010</b>	<b>407.815.260</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a longo prazo				Provisão IR/CS diferido	12b	21.297.101	22.697.289
Aplicação em títulos e valores mobiliários		675	675	Adiantamentos para aumento de capital	18a	334.239.208	303.588.886
Depósitos judiciais	10	17.656.805	16.176.803	Plano de Previdência - Déficit Atuarial	21c	2.471.955	-
Débitos de empregados	7	351.231	385.531			<b>358.008.264</b>	<b>326.286.175</b>
Garantias à Juízo	11	18.736.310	22.827.054				
Penhora s/ receita própria	11	11.236.158	3.178.818				
		<b>47.981.179</b>	<b>42.568.882</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Investimentos em participações societárias		22.696	22.696	Capital social	17	1.673.424.165	1.673.424.165
Imobilizado	12	1.467.791.806	1.506.857.986	Ajuste avaliação patrimonial	12b	41.341.201	44.059.210
Intangível	13	7.148.978	8.671.647	Prejuízos acumulados		(773.695.276)	(769.977.527)
		<b>1.474.963.480</b>	<b>1.515.552.328</b>			<b>941.070.090</b>	<b>947.505.848</b>
		<b>1.522.944.659</b>	<b>1.558.121.210</b>				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.646.961.364</b>	<b>1.681.607.284</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.646.961.364</b>	<b>1.681.607.284</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
EM 31 DE DEZEMBRO  
(Valores expressos em Reais)**

	NOTA	2017	2016
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	20	<b>89.247.471</b>	<b>90.777.998</b>
Custo dos serviços prestados		(219.330.720)	(215.792.277)
<b>PREJUÍZO BRUTO</b>		<b>(130.083.248)</b>	<b>(125.014.280)</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas		(82.649.645)	(76.948.508)
Outras receitas e despesas		50.686.772	(153.320.224)
Provisão/reversão ações trabalhistas	16a	52.464.916	(127.980.701)
Provisão/reversão ações cíveis	16b	(3.373.140)	(22.662.121)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1.594.996	(2.677.401)
		<u>(31.962.873)</u>	<u>(230.268.732)</u>
<b>PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(162.046.121)</b>	<b>(355.283.011)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO</b>		<b>(20.458.505)</b>	<b>(26.826.421)</b>
Receitas financeiras		10.245.843	13.616.202
Despesas financeiras	18a	(30.704.348)	(40.442.623)
<b>SUBVENÇÕES DO TESOIRO NACIONAL</b>	18b	<b>174.668.680</b>	<b>181.067.620</b>
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL</b>		<b>(7.835.946)</b>	<b>(201.041.811)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(7.835.946)</b>	<b>(201.041.811)</b>
<b>PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		-	-
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(7.835.946)</b>	<b>(201.041.811)</b>
Prejuízo por ação do capital social		<u>-0,001</u>	<u>-0,028</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
EM 31 DE DEZEMBRO  
(Valores expressos em Reais)**

	2017	2016
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(7.835.946)</b>	<b>(201.041.811)</b>
Depreciação do custo atribuído	4.118.197	4.118.430
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(3.717.749)</b>	<b>(196.923.382)</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
EM 31 DE DEZEMBRO  
(Valores expressos em Reais)**

	NOTA	2017	2016
Receita de prestação de serviços		85.562.592	87.508.633
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões		4.060.476	4.547.335
Outras receitas e despesas (líquidas)		1.594.996	(2.677.401)
Provisões trabalhistas e cíveis		49.091.776	(150.642.822)
		<u>140.309.840</u>	<u>(61.264.255)</u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>			
Materiais consumidos		(9.901.381)	(10.092.880)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais		(86.582.474)	(90.292.196)
Perda na realização de ativos		1.410	(2.615)
		<u>(96.482.445)</u>	<u>(100.387.691)</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>43.827.395</b>	<b>(161.651.946)</b>
Depreciação e amortização		(43.311.954)	(42.714.587)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>		<b>515.441</b>	<b>(204.366.533)</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>			
Receitas de Subvenções		174.668.680	181.067.620
Receitas financeiras		10.245.843	13.616.202
		<u>184.914.523</u>	<u>194.683.822</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>185.429.964</b>	<b>(9.682.711)</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>185.429.964</b>	<b>(9.682.711)</b>
<b>Pessoal e encargos</b>			
Remuneração direta		113.833.951	107.102.701
Benefícios		23.461.114	19.218.747
FGTS		8.127.641	7.639.134
		<u>145.422.706</u>	<u>133.960.582</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		15.243.320	14.344.470
Estaduais		41.594	884.652
Municipais		36.740	1.851
		<u>15.321.654</u>	<u>15.230.973</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros		478.230	2.226.885
Aluguéis		1.817.202	1.724.922
		<u>2.295.432</u>	<u>3.951.807</u>
<b>Juros sobre adiantamento de capital</b>		<b>30.226.118</b>	<b>38.215.738</b>
<b>Prejuízo retido</b>		<b>(7.835.946)</b>	<b>(201.041.811)</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EM 31 DE DEZEMBRO  
(Valores expressos em Reais)**

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>		<b>1.673.424.165</b>	<b>46.777.453</b>	<b>(573.054.146)</b>	<b>1.147.147.472</b>
Créditos para futuro aumento de capital		-	-	-	-
Recursos recebidos		-	-	-	-
Atualização financeira		-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-
Por incorporação de créditos		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		-	<u>(2.718.243)</u>	<u>(196.923.381)</u>	<u>(199.641.624)</u>
Prejuízo do exercício		-	-	(201.041.811)	(201.041.811)
Ajuste avaliação patrimonial		-	(2.718.243)	4.118.430	1.400.187
Realização da reserva do custo atribuído		-	(4.118.430)	4.118.430	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído		-	1.400.187	-	1.400.187
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>		<b>1.673.424.165</b>	<b>44.059.210</b>	<b>(769.977.527)</b>	<b>947.505.848</b>
Créditos para futuro aumento de capital		-	-	-	-
Recursos recebidos		-	-	-	-
Atualização financeira		-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-
Por incorporação de créditos		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		-	<u>(2.718.009)</u>	<u>(3.717.749)</u>	<u>(6.435.758)</u>
Prejuízo do exercício		-	-	(7.835.946)	(7.835.946)
Ajuste avaliação patrimonial		-	(2.718.009)	4.118.197	1.400.188
Realização da reserva do custo atribuído	12b	-	(4.118.197)	4.118.197	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	12b	-	1.400.188	-	1.400.188
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>		<b>1.673.424.165</b>	<b>41.341.201</b>	<b>(773.695.276)</b>	<b>941.070.090</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
EM 31 DE DEZEMBRO  
(Valores expressos em Reais)**

	NOTA	2017	2016
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO AJUSTADO POR:</b>		<b>(7.835.946)</b>	<b>(201.041.811)</b>
Depreciação e Amortização		43.311.954	42.714.587
Baixa de bens do ativo imobilizado		48.904	4.169.656
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	18a	30.226.118	38.215.738
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis	16	(49.091.776)	150.642.822
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional	18b	(174.668.680)	(181.067.620)
		<u>(158.009.426)</u>	<u>(146.366.629)</u>
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS</b>			
Créditos pela venda de serviços		499.842	(964.737)
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		7.990.373	(11.147.599)
Estoques		(950.953)	(3.431.034)
Tributos e Contribuições a Recuperar		(1.257.802)	(2.794.091)
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		(5.446.598)	(12.001.624)
Demais contas de Ativo		320.188	(378.314)
		<u>1.155.050</u>	<u>(30.717.398)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS</b>			
Fornecedores		(712.399)	(9.675.497)
Impostos e taxas a recolher		(382.465)	(164.822)
Contribuições sociais a recolher		(665.425)	(212.089)
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		852.223	536.595
Credores por convênios e depósitos		1.170.891	(960.617)
Plano de previdência e pensão a empregados		2.766.235	-
Contingências trabalhistas e cíveis	16	(11.397.580)	(10.572.154)
		<u>(8.368.520)</u>	<u>(21.048.584)</u>
<b>Caixa Gerado nas Atividades Operacionais</b>		<b>(165.222.896)</b>	<b>(198.132.611)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(2.772.009)	(4.557.768)
<b>Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos</b>		<b>(2.772.009)</b>	<b>(4.557.768)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recursos recebidos para aumento de capital	18a	424.203	5.036.894
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional	18b	174.668.680	181.067.620
<b>Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento</b>		<b>175.092.883</b>	<b>186.104.514</b>
<b>REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	4	<b>7.097.979</b>	<b>(16.585.866)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		66.102.625	82.688.491
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		73.200.604	66.102.625

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(valores expressos em reais, exceto quando especificado)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Trensurb é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;  
b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2.1 As demonstrações financeiras individuais da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da empresa, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 22/02/2018.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas adotadas para reconhecimento e mensuração de elementos do patrimônio e do resultado estão descritas a seguir:

**a) Apuração do resultado do exercício**

O resultado é apropriado com base no regime de competência, sendo as receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU; as Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. Os custos dos serviços prestados envolvem custo de pessoal e encargos, depreciação e amortização, custo de energia elétrica de tração e serviços ligados à atividade de operação, manutenção e de sistemas metroviários.

**b) Instrumentos Financeiros**

**b.1) Ativos financeiros não derivativos**

A empresa reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A empresa possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

**b.2) Passivos financeiros não derivativos**

A empresa reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A empresa possui fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

**d) Créditos**

São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável.

**e) Estoques**

Os estoques de materiais de manutenção foram avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída quando aplicável provisão para perda ao valor recuperável, em montante considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

**f) Investimentos em participações societárias**

Os investimentos em outras sociedades estão avaliados ao custo de aquisição, que não superam o seu valor de mercado.

**g) Imobilizado e Intangível**

São registrados pelo custo histórico de aquisição, ajustado pela depreciação e amortização calculado pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada, não havendo indícios de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. A administração definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender às necessidades da empresa e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

**h) Ajuste a valor presente**

As operações de longo prazo e de curto prazo existentes não exigiram ajustes a valor presente, pela natureza e características das operações da Sociedade, conforme disposto na NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente.

**i) Provisão para contingências**

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações da Gerência Jurídica desta empresa.

**j) Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2017	2016
Caixa	14.650	14.050
Valores em trânsito	989.350	1.086.351
Aplicações de liquidez imediata	72.196.604	65.002.224
	<b>73.200.604</b>	<b>66.102.625</b>

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

**5. CRÉDITOS PELA VENDA DE SERVIÇOS**

	2017	2016
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica	844.287	1.325.076
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	1.005.745	1.024.798
	<b>1.850.032</b>	<b>2.349.874</b>

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas da provisão para risco de crédito no montante de R\$ 263.644 (R\$ 226.574 em 2016).

**6. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO**

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

**7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E DÉBITO DE EMPREGADOS**

	2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamento de férias	2.770.129	-	3.143.188	-
Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros	104.800	-	74.046	-
Débitos de empregados	221.291	351.231	227.381	385.531
	<b>3.096.220</b>	<b>351.231</b>	<b>3.444.615</b>	<b>385.531</b>

**a) Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros**

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No exercício de 2017 a provisão é no montante de R\$ 20.861 (R\$ 21.884 em 2016).

**b) Débito de empregados**

Em decorrência das características dos Planos de Saúde pós-pago, existentes até 31/10/2008, o custo da assistência médica era suportado integralmente pela Trensurb, inclusive a parcela destinada ao empregado, sendo ressarcida pelos mesmos, em percentuais definidos em acordo coletivo, mediante desconto mensal em folha, limitado ao máximo de 20% do salário-base, acumulando, dessa forma, débitos de empregados para com a Sociedade. Considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, a área de recursos humanos elaborou a estimativa do montante a ser recebido no ativo circulante referente ao Plano de Saúde pós-pago de R\$ 48.789 (R\$ 101.472 em 2016) e não circulante R\$ 268.816 (R\$ 297.669 em 2016), já ajustados por provisão de R\$ 131.492 (R\$ 131.880 em 2016), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. Os demais débitos de empregados do ativo circulante totalizam R\$ 172.502 (R\$ 125.909 em 2016) e do não circulante R\$ 82.415 (R\$ 87.862 em 2016).

**8. DIREITOS A RECEBER**

	2017	2016
Convênio Pessoal Cedido	60.070	62.665
Depósitos e Cauções	39.614	138.027
Dividendos/ Juros a Receber/ Outros devedores	9.061	9.061
Devedores Infração Legal e Contratual	157.924	157.924
	<b>266.669</b>	<b>367.677</b>

O valor de R\$ 157.924 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo o montante de R\$ 125.123 classificadas como remota perda e R\$ 32.801 classificado como possível perda, pela área Jurídica da empresa.

**9. ESTOQUES**

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs, incluindo os sobressalentes dos 15 novos trens adquiridos pela empresa, registrados no grupo de Material de TUES e Veículos.

	2017	2016
<b>Estoques de materiais de consumo</b>		
Material de TUES e Veículos	23.208.455	23.168.365
Material da Via Permanente	1.063.258	488.492
Sistemas operacionais	3.604.566	3.239.974
Materiais de expediente e administrativos	678.010	706.504
	<b>28.554.288</b>	<b>27.603.335</b>

**10. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	2017	2016
Depósitos Judiciais Cíveis	19.859	17.655
Depósitos Judiciais Trabalhistas	17.310.486	15.351.780
Depósitos Judiciais S/ Aplicação Financeira	64.116	60.711
Processos Judiciais - Recursos Próprios	262.344	746.656
	<b>17.656.805</b>	<b>16.176.803</b>

Os Depósitos Judiciais sobre Aplicação Financeira correspondem a valores não disponíveis para uso da Sociedade por conta de bloqueio judicial para fazer garantia para processos trabalhistas.

**11. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA E GARANTIAS À JUÍZO**

A Penhora Sobre Receita Própria de R\$ 11.236.158 (R\$ 3.178.818 em 2016) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas. Os valores de penhora de receita própria, repostos pelo Tesouro Nacional através de receita de Subvenção de Sentença não liberados aos reclamantes são transferidos para conta Garantias à Juízo.

O aumento do saldo da conta de penhora deve-se a determinação de penhora da receita própria conforme mandado de penhora de créditos presentes e futuros, datado de 04 de outubro de 2017, expedido pelo juiz da 5ª. Vara do Trabalho de Porto Alegre, o processo Judicial 0118000-35.2005.5.04.0005, que tem como objeto diferenças salariais decorrentes da conversão da URV do ano de 1994, no valor de R\$ 30.459.967. Até o encerramento do exercício houve penhora no valor de R\$ 10.680.000. A empresa realizou a solicitação do crédito conforme CE DIRAF 0023/2017 e 0033/2017, que não foi atendido no exercício de 2017.

## 12. IMOBILIZADO

### a) Composição do saldo

Contas	Taxa Média Anual Depreciação (%)	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor líquido	
				2017	2016
Terrenos	-	39.568.205	-	39.568.205	39.432.102
Edificações, estações e depósitos	4	235.099.877	(55.027.644)	180.072.233	185.005.661
Obras de arte (passarelas e viadutos)	3	161.888.065	(60.594.627)	101.293.438	104.429.430
Via permanente	3	604.236.872	(93.344.183)	510.892.688	523.142.825
Sistemas operacionais	9	216.820.963	(78.900.867)	137.920.096	144.745.353
Veículos ferroviários/aeromóvel	5	353.138.090	(101.589.830)	251.548.260	260.040.395
Veículos rodoviários	33	876.493	(850.577)	25.915	45.351
Equip. processamento de dados	22	5.476.394	(4.720.070)	756.324	123.106
Equipamentos, máquinas e instrumentos	13	55.840.907	(35.332.874)	20.508.033	24.393.401
Instalações	11	11.089.885	(4.597.208)	6.492.677	7.459.895
Móveis e utensílios	10	8.542.426	(5.374.874)	3.167.552	3.151.081
Benfeitorias em bens de terceiros	17	14.091.449	(8.809.122)	5.282.327	5.612.941
Imobilizado em curso	-	206.950.034	-	206.950.034	205.962.422
Importações em andamento	-	63.040	-	63.040	63.040
Imobilizado a Classificar	-	(305.369)	-	(305.369)	(305.369)
Almoarifado de bens imobilizados	-	3.556.352	-	3.556.352	3.556.352
		<b>1.916.933.683</b>	<b>(449.141.877)</b>	<b>1.467.791.806</b>	<b>1.506.857.986</b>

### Movimentação do ano

Saldo inicial	1.506.857.986
Adições	2.540.270
Baixas e Transferências	(48.904)
Depreciação	(41.557.546)
Saldo final	1.467.791.806

b) A empresa realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da empresa procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o "custo atribuído", a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No exercício de 2017 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 4.118.197 referente a depreciação e no valor de R\$ 1.400.188 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 41.341.200 (R\$ 44.059.210 em 2016) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 21.297.101 (R\$ 22.697.289 em 2016).

c) A Administração da Empresa através de relatório de teste de recuperação dos ativos emitido por especialistas em 12/01/2018, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis ("Impairment"), conforme dispõe NBC TG 01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

d) O valor de Baixa e Transferências refere-se a passagem de pedestres subterrânea Dona Teodora, a qual foi fechada tendo em vista a construção do viaduto Leonel Brizola, no montante de R\$ 48.904.

e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 306.693.118 em 2017 (R\$ 267.632.225 em 2016).

f) Os ativos imobilizados estão cobertos por seguro contra incêndio, raio, explosão, danos elétricos, vendaval e roubo, além de danos materiais e corporais a terceiros. O tipo de cobertura e a extensão dos bens cobertos por seguro são determinados em função do valor e do grau de risco envolvidos, perfazendo um valor segurado de R\$ 13.486.876 (R\$ 13.426.876 em 2016).

## 13. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Sociedade e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENSURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que não superam o seu valor recuperável por uso ou venda.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

Contas	Taxa Média anual amortização (%)	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor líquido	
				2017	2016
Direito de uso de imóveis	Vida útil indefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	indefinita	1.596	-	1.596	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(4.872)	-	362
Softwares	20	10.891.509	(5.118.331)	5.773.178	7.295.485
Outras despesas de informática	10	26.000	(26.000)	-	-
		<b>12.298.181</b>	<b>(5.149.203)</b>	<b>7.148.978</b>	<b>8.671.647</b>

### Movimentação do ano

Saldo inicial	8.671.647
Adições	231.739
Baixas e Transferências	-
Amortização	(1.754.408)
Saldo final	7.148.978

## 14. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	2017	2016
Credores p/ Venda Créditos/Bilhetes	278.685	118.966
Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI	1.024.757	-
Adiantamento Clientes Comerciais	30.680	22.534
	<b>1.334.122</b>	<b>141.500</b>

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

## 15. CREDORES POR CONVÊNIO

	2017	2016
Convênios SESI/SENAI	250.648	244.351
Assistência Saúde	418.048	346.751
Credores Diversos	2.148	2.210
	<b>670.845</b>	<b>593.312</b>

## 16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

### a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. A provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 282.110.407 (R\$ 345.566.842 em 2016), para ações de empregados e de R\$ 881.893 (R\$ 1.099.314 em 2016), para ações de empregados de empresas terceirizadas.

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

	2017	2016
Saldo em 1.º de janeiro	<b>Circulante</b> 346.666.157	<b>Circulante</b> 228.855.781
(+) Provisão	32.737.222	127.980.701
(-) Reversão	85.202.138	-
(-) Pagamentos	11.208.941	10.170.324
Saldo em 31 de dezembro	<b>282.992.300</b>	<b>346.666.157</b>

A variação do saldo das provisões trabalhistas deve-se significativamente ao registro de reversão da provisão dos processos trabalhistas nº 0118000-35.2005.5.04.0005 e nº 0054500-36.1999.5.04.0027 que possuem como objeto, diferenças salariais decorrentes da conversão da URV do ano de 1994. No exercício de 2016 estas provisões foram atualizadas tendo como base o IPCA-E. Em 2017 houve a atualização com base nos últimos cálculos juntados nos respectivos processos, tendo sido elaborado pelos peritos oficiais, designados pelo juízo da 5ª Vara e 27ª Vara respectivamente. Registra-se ainda que ao realizar os cálculos os peritos utilizaram para efeitos de correção monetária a Tabela Única de Conversão de Débitos Trabalhistas-FACDT, tendo como indexador a TR e não o IPCA-E que estava sendo usado para efeitos de provisionamento.

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da empresa, é considerada possível compõe-se de R\$ 94.360.781 (R\$ 94.390.998 em 2016) sendo ações de empregados R\$ 88.514.457 e R\$ 5.846.324 ações de empregados de empresas terceirizadas.

### b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da empresa, é considerada provável. A movimentação destas provisões em 2017 e 2016 está composta como segue:

	2017	2016
Saldo em 1.º de janeiro	<b>Circulante</b> 23.890.907	<b>Circulante</b> 1.630.616
(+) Provisões	3.373.140	22.662.120
(-) Pagamentos	188.639	401.829
Saldo em 31 de dezembro	<b>27.075.409</b>	<b>23.890.907</b>

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da empresa, é considerada possível é de R\$ 6.025.456.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O capital social de R\$ 1.673.424.165 está representado por 7.118.868.877 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

Composição Acionária em	2017		2016	
	Quantidade	%	Quantidade	%
União Federal	7.110.409.591	99,8812	7.110.409.591	99,8812
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0919	6.543.949	0,0919
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0269	1.915.337	0,0269
<b>Total</b>	<b>7.118.868.877</b>	<b>100,0000</b>	<b>7.118.868.877</b>	<b>100,0000</b>

## 18. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

### a) Adiantamento para futuro aumento de capital

Correspondente aos recursos recebidos da União para investimento e futuro aumento do Capital Social. Esses recursos são acrescidos dos valores de atualização financeira, pela taxa SELIC, conforme art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, até sua efetiva incorporação ao capital social. O resultado dessa atualização foi levado à conta de despesas financeiras no montante de R\$ 30.226.118 (R\$ 38.215.738 em 2016).

### b) Subvenção para Custeio

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido em 2016 foi de R\$ 174.668.680 (R\$ 181.067.620 em 2016) composto a seguir:

	2017	2016
<b>Subvenção</b>		
Pessoal	117.073.324	102.116.762
Sentença	19.149.724	27.796.008
Custeio	38.445.632	51.154.850
	<b>174.668.680</b>	<b>181.067.620</b>

### c) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da empresa está definido conforme Lei Orçamentária Anual - LOA/2018, número 13.587, de 02 de janeiro de 2018, e fixou a despesa da TRENSURB para o exercício financeiro de 2018 em R\$ 227.346.452. Deste valor, R\$ 98.631.927, são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R\$ 128.714.525 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

	Lei Orçamentária	Recursos Próprios Fonte 250/280	Recursos Subvenção Fonte 100
Pessoal	120.196.196	30.664.901	89.531.295
Sentença	24.121.886	-	24.121.886
Custeio	82.028.370	66.967.026	15.061.344
Investimento	1.000.000	1.000.000	-
	<b>227.346.452</b>	<b>98.631.927</b>	<b>128.714.525</b>



## 19. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os valores de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar referem-se a retenções na fonte sobre a receita de aplicações financeiras e receita de aluguel a órgãos públicos.

	2017	2016
<b>PASEP/COFINS</b>	-	3.127
IRPJ	6.791.958	5.563.343
CSLL	3.918	2.927
ICMS	345.848	348.424
IRRF	778.295	744.396
<b>Total</b>	<b>7.920.020</b>	<b>6.662.217</b>

Existem prejuízos fiscais operacionais de R\$ 599.860.853 e bases negativas de CSLL de R\$ 614.859.413. Durante o exercício de 2017, saldos das contas de IRPJ e CSLL a recuperar foram utilizados para compensar os valores a recolher de Pasesp e Cofins.

## 20. RECEITA LÍQUIDA

	2017	2016
<b>RECEITA BRUTA</b>		
Serviço de transporte metroviário	85.590.112	87.524.667
Aluguéis, arrendamentos e concessões	4.060.476	4.547.335
<b>Total</b>	<b>89.650.588</b>	<b>92.072.002</b>
<b>Devolução de Vendas</b>	(27.520)	(16.035)
<b>Tributos sobre a receita bruta</b>	<b>(375.597)</b>	<b>(1.277.969)</b>
<b>Total</b>	<b>(403.117)</b>	<b>(1.294.004)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>89.247.471</b>	<b>90.777.998</b>

## 21. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

### a) Descrição Geral do Plano

A empresa é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado TRENSURB PREV, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência), na modalidade de Contribuição Variável, que assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria, entrada em invalidez e morte. Nessa modalidade, que conjuga características de Contribuição Definida e Benefício Definido, o plano é Contribuição Definida enquanto o participante (empregado) é ativo e torna-se um Benefício Definido quando da concessão de um benefício. Na fase ativa o plano pode ocorrer desequilíbrio nos casos de concessão de aposentadoria por invalidez e pensão por morte, caso o custeio atuarial ou premissas atuariais não aderentes ao plano. Quando da concessão do benefício, cujo valor é calculado com base no saldo de conta formada pelas contribuições patronais e individuais em favor do participante, o plano também apresenta risco, pois há a opção de concessão de renda vitalícia. O benefício é calculado com base em premissas atuariais (estabelecidas abaixo) e caso essas premissas não se concretizem (o assistido tenha uma sobrevida maior do que o esperado, por exemplo) pode haver um desequilíbrio no plano.

### b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Premissas Atuariais	
Taxa de Juros Atuarial	4,5% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	zero
Taxa de Rotatividade	0,00%
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos	AT - 2000 M
Tábua de Mortalidade Inválidos	EX - IAPC
Tábua de Entrada em invalidez	TASA 27

### c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Ativos Líquidos	2017	2016
Patrimônio - P	54.554.450,77	49.049.924,72
<b>Passivos Atuariais (Valor Presente)</b>		
Benefícios Concedidos - A	32.837.893,70	31.641.897,55
Benefícios a Conceder - B	27.305.032,08	23.590.499,61
Déficit Contratado - C = C1 + C2 + C3	- 5.516.926,47	-5.665.378,90
Patrocinadora - C1	- 2.847.231,53	-2.788.612,26
Participante - C2	74.379,85	-82.267,82
Assistidos - C3	- 2.595.315,09	-2.794.498,82
Total das Provisões - D = A + B + C	54.625.999,31	49.567.018,26
<b>Fundo Previdencial - E</b>	<b>31.732,36</b>	<b>156.399,29</b>
<b>Superávit/Déficit Atuarial - F = P + D - E</b>	<b>- 103.280,90</b>	<b>- 673.492,83</b>
<b>Valor do Ajuste de Precificação = G</b>	<b>948.469,69</b>	<b>705.268,71</b>
<b>Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G</b>	<b>845.188,79</b>	<b>31.775,88</b>

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2017, o plano Trensurb Prev, apresentou um déficit técnico de R\$ 103.280,90, entretanto como o equilíbrio técnico ajustado foi positivo em R\$ 845.188,79, não haverá necessidade de equacionar o Plano. Ressalta-se, que com a alteração da Resolução MPS/CGPC Nº 26 de 2008 pela Resolução MTPS/CNPC Nº 22 de 2015, os planos de benefícios previdenciários só serão passíveis de equacionar déficits, se os mesmos ultrapassarem o limite que é estabelecido para cada plano. No caso do plano Trensurb Prev o limite de déficit é de R\$ 1.976.149,75, portanto só passaria por equacionamento de déficit ao longo de 2018 se o valor do equilíbrio técnico ajustado fosse superior ao valor citado.

A duração do plano foi de 10,77 anos no encerramento de 2017, logo o limite de déficit técnico acumulado corresponde a 6,77% da provisão matemática. As premissas que sofreram alteração em 2017, foram a taxa de juros de 5% para 4,5% a.a e a rotatividade de 0,32% para 0,0%, as demais permanecem inalteradas. Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 11,74% no ano, enquanto a meta atuarial (INPC + 5,00%) foi de 7,17%, portanto o resultado dos investimentos foi superior à meta atuarial estabelecida em 4,57%.

Quanto ao Déficit contratado de responsabilidade da Patrocinadora, cabe informar que sua amortização ocorrerá conforme Plano de Equacionamento de Déficit 2013 e 2014, com prazo de equacionamento de 127 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 2%. O saldo devedor em 31/12/2017 é de R\$ 2.766.235,48 (Benefícios Concedidos), com prazo remanescente de amortização de 94 meses. As parcelas já pagas foram debitadas do Fundo Previdencial.

### d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008.

## 22. CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM BASE NA LEI Nº 6.404/76 E LEI Nº 4.320/64 - SIAFI

A TRENSURB é uma sociedade de economia mista sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 e com as mudanças impostas pela Lei 11.638/07 para fins contábeis e societários. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Sociedade é considerada também estatal dependente, vinculada ao Ministério das Cidades, que, por determinação legal, utiliza o Sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI), modalidade total, para registro de toda sua execução orçamentária, financeira e patrimonial.

A escrituração contábil segundo a Lei nº 6.404/76 não contempla todas as necessidades de registro que a Lei nº 4.320/64 exige, seja em nomenclatura, em função de conta, entre circulante e não circulante, bem como em função dos Recursos a Receber e/ou Recursos Diferidos e registro de Restos a Pagar referente orçamento do exercício findo.

No quadro abaixo, demonstra-se os valores do exercício de 2017 que compõem a forma de contabilização em cada uma das leis mencionadas, esclarecendo a origem das diferenças apontadas, sendo que tais diferenças de valores se referem a registros e apropriações necessárias para atender a cada uma das referidas Leis.

ATIVO	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferenças
<b>Circulante</b>	<b>135.654.420</b>	<b>124.016.705</b>	<b>11.637.715</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.529.351.805</b>	<b>1.522.944.659</b>	<b>6.407.146</b>
Realizável a Longo Prazo	36.343.464	47.981.179	(11.637.715)
Investimento	22.696	22.696	-
Imobilizado	1.485.836.667	1.467.791.806	18.044.861
Intangível	7.148.978	7.148.978	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.665.006.225</b>	<b>1.646.961.364</b>	<b>18.044.861</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Lei 4.320/64</b>	<b>Lei 6.404/76</b>	<b>Diferenças</b>
<b>Circulante</b>	<b>365.901.049</b>	<b>347.883.010</b>	<b>18.018.039</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>362.300.020</b>	<b>358.008.264</b>	<b>4.291.756</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>936.805.155</b>	<b>941.070.090</b>	<b>(4.264.934)</b>
Capital	1.673.424.166	1.673.424.166	-
Reserva de Capital	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	41.341.200	41.341.200	-
Prejuízos Acumulados	(798.180.354)	(765.859.329)	(32.321.025)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	20.220.144	(7.835.946)	28.056.090
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.665.006.225</b>	<b>1.646.961.364</b>	<b>18.044.861</b>

a) A diferença no Ativo Circulante de R\$ 11.637.715 a maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor - R\$	DESCRIÇÃO
337.441	Valor referente a registros de Depósitos Judiciais em contas do Circulante no SIAFI e no Não Circulante na contabilidade Societária por melhor adequação do termo da conta.
11.236.158	Valor referente a penhoras e provisão efetuadas na arrecadação que estão em fase de recuperação no SIAFI (Circulante) e registrada na contabilidade Societária no longo prazo.
64.116	Valor referente a registros de bloqueio s/ Aplic. Financeira em contas do Circulante no SIAFI e no Não Circulante na contabilidade Societária por melhor adequação do termo da conta.
<b>11.637.715</b>	<b>Total da Diferença no ATIVO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis.</b>

b) A diferença no Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo de R\$ 11.637.715 a menor na contabilidade da Lei nº 4.320/64 está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor - R\$	DESCRIÇÃO
(337.441)	Valor referente a registros de Depósitos Judiciais em contas do Circulante no SIAFI e no Não Circulante na contabilidade Societária por melhor adequação do termo da conta.
(11.236.158)	Valor referente a penhoras e provisão efetuadas na arrecadação que estão em fase de recuperação no SIAFI (Circulante) e registrada na contabilidade Societária no longo prazo.
(64.116)	Valor referente a registros de bloqueio s/ Aplic. Financeira em contas do Circulante no SIAFI e no Não Circulante na contabilidade Societária por melhor adequação do termo da conta.
<b>(11.637.715)</b>	<b>Total da Diferença no ATIVO NÃO CIRCULANTE - Realiz. LP entre os dois sistemas contábeis.</b>

c) A diferença no Ativo Não Circulante - Imobilizado no valor de R\$ 18.044.861 a maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64, está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor - R\$	DESCRIÇÃO
20.129.958	Saldo de valores registrados em Restos a Pagar referente a 2012, processados a pagar no SIAFI, e que na contabilidade societária somente será registrada mediante a apresentação do documento fiscal com o Material e/ou serviço.
(2.085.097)	Valor referente a provisão de notas de Restos a Pagar.
<b>18.044.861</b>	<b>Total da Diferença no ATIVO NÃO CIRCULANTE-IMOBILIZADO entre os dois sistemas contábeis.</b>

d) A diferença no Passivo Circulante de R\$ 18.018.039, a maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor - R\$	DESCRIÇÃO
20.129.958	Saldo de valores registrados em Restos a Pagar referente a 2012, processados a pagar no SIAFI, e que na contabilidade societária somente será registrada mediante a apresentação do documento fiscal com o Material e/ou serviço.
(2.085.097)	Valor referente a provisão de notas de Restos a Pagar.
(26.822)	Valor referente Provisão BB Previdência apurada após fechamento SIAFI.
<b>18.018.039</b>	<b>Total da Diferença no PASSIVO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis.</b>

e) A diferença no Passivo Não Circulante de R\$ 4.291.756 a maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor - R\$	DESCRIÇÃO
4.200.565	Valor referente a registros de IR/CSLL REF AJUSTE DE MAIS VALIA, sem situação contábil que permitisse o registro correto no SIAFI.
91.191	Valor referente Provisão BB Previdência apurada após fechamento SIAFI.
<b>4.291.756</b>	<b>Total da Diferença no PASSIVO NÃO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis.</b>

f) A diferença no Patrimônio Líquido de R\$ 4.264.934 a menor na contabilidade da Lei nº 4.320/64 está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor - R\$	DESCRIÇÃO
(4.200.565)	Valor referente a registros de IR/CSLL REF AJUSTE DE MAIS VALIA, sem situação contábil que permitisse o registro correto no SIAFI.
(64.369)	Valor referente Provisão BB Previdência apurada após fechamento SIAFI.
<b>(4.264.934)</b>	<b>Total da Diferença no PATRIMÔNIO LÍQUIDO entre os dois sistemas contábeis.</b>

## 23. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	29.547	22.470	24.829
Empregados	29.842	1.671	7.683

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2017.

**DAVID BORILLE**  
Diretor Presidente  
CPF 075.858.700-78

**MARIA CECILIA DA SILVA BRUM**  
Diretora de Administração e Finanças  
CPF 983.515.910-68

**DIEGO JOSE TARTA**  
Diretor de Operações  
CPF 971.087.070-04

**SONIA MARIA DE MOURA**  
Gerência de Orçamento e Finanças  
Contadora CRC/RS 75.055  
CPF 961.086.060-53

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Aos

### Diretores e Acionistas da

### Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB

### Porto Alegre - RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da Companhia decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Demonstração do Resultado do Exercício, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 7.836 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, para a Demonstração do Fluxo de Caixa que apresenta R\$ 165.222 mil de fluxo de caixa negativo, relacionado as atividades operacionais. Conforme apresentado na Nota 18 c), o orçamento para 2018, com base na Lei Orçamentária é de R\$ 227.346 mil, o valor de R\$ 128.715 mil, refere-se a previsão de recursos de Subvenção. A continuidade operacional da Companhia está condicionada ao recebimento destes recursos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2018.

MACIEL AUDITORES S/S  
2CRC RS 5.460/O-0 – T – SP  
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA  
1CRC/RS 71.505/O-3 – “T” –SP  
Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS  
1CRC RS 059.628/O-2 – S - SP  
Responsável Técnico

## PARECER DO CONSELHO FISCAL Nº 01/2018

O Conselho Fiscal da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, usando de suas atribuições legais e estatutárias, com base nas atividades desenvolvidas, no Relatório da Administração, no Balanço Patrimonial, nas Demonstrações do Resultado do Exercício, nas Mutações do Patrimônio Líquido, nos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, assim como nas Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, tendo como referências o Relatório do Grupo Maciel Auditores S/S, Auditores Independentes, emitido em 14 de fevereiro 2018, bem como o Relatório da Auditoria Interna nº 392/2018, relativo a atividade 03 – Balanço de 31/12/2017, os quais são adotados, na íntegra, conclui que os referidos documentos representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Empresa, naquela data, encontrando-se em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2018.

ELIAS JACÓ DOS SANTOS  
Presidente do Conselho Fiscal

MARÇAL MARCELLINO DA SILVA NETO  
Conselheiro

CLÉVER UBIRATAN TEIXEIRA DE ALMEIDA  
Conselheiro

## RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REC-0001/2018 – 22/02/2018

### APROVA RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Conselho de Administração da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do artigo 38, inciso VII, do Estatuto Social, RESOLVE:

- 1 - Manifestar-se pela aprovação do Relatório Anual de Administração e das contas da sua Diretoria Executiva constantes nas Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, para o fim do inciso I, do Art. 132 da Lei 6.404/76.

SILVANI ALVES PEREIRA  
Presidente do Conselho de Administração